

PROVIMENTO Nº 08, DE 20 DE MARÇO DE 2002

Disciplina o procedimento de distribuição de feitos e regulamenta o plantão nas Seções Judiciárias da Justiça Federal da 5ª Região.

O EXMO. SR. CORREGEDOR DA JUSTIÇA FEDERAL DA 5ª REGIÃO, no uso das atribuições legais e regimentais, especialmente do art. 5º, V e VI, do Regimento Interno da Corregedoria (Resolução nº 14, de 15.09.1989),

CONSIDERANDO a necessidade de aprimorar o sistema de distribuição de processos da 1ª Instância da Justiça Federal da 5ª Região, de modo a preservar os princípios da livre distribuição e do juiz natural, bem como a evitar a ocorrência de “distribuições dirigidas” e a valorizar a transparência que deve nortear o acesso à jurisdição e a prestação jurisdicional em todas as suas fases,

CONSIDERANDO a nova redação conferida ao art. 253, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), pelo art. 1º, da Lei nº 10.358, de 27 de dezembro de 2001, que incluiu, dentre as hipóteses de distribuição por dependência, a reiteração de pedido, mesmo que em litisconsórcio com outros autores, em tendo havido desistência em ação anteriormente ajuizada com o mesmo pedido,

CONSIDERANDO a necessidade do efetivo cumprimento da RESOLUÇÃO nº 218, de 10 de abril de 2000, do Egrégio Conselho da Justiça Federal, mormente no tocante ao art. 6º, visando a evitar a utilização dos Plantões das Seções Judiciárias como expediente para a quebra do princípio do juiz natural,

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o princípio da ampla defesa, de fundo constitucional, evitando a concessão de medidas desnecessárias, cujos direitos em discussão não correm risco de perecimento, ou agravamento no período de plantão,

CONSIDERANDO os benefícios para a consulta e a utilização, que decorrem da unificação das regulamentações referentes a áreas afins em um único documento normativo (Instrução Normativa nº 01, de 23.04.2001 e Provimento nº 06, de 19.12.2001),

RESOLVE:

TÍTULO I – Da Distribuição.

Art. 1º. As petições dirigidas às Seções Judiciárias da Justiça Federal da 5ª Região, que derem início a todo e qualquer procedimento sujeito à classificação e distribuição, ainda que materializem pedidos de natureza urgente, deverão ser imediatamente registradas em protocolo e encaminhadas ao setor de distribuição, não se admitindo o conhecimento da matéria e a atuação jurisdicional antecedentes à efetivação da distribuição.

Parágrafo único. Não são alcançadas por esta regra as petições apresentadas na constância do regime de plantão, que deverão ser apreciadas pelo Juiz Plantonista, independente de distribuição prévia.

Art. 2º. Na distribuição, deverá ser observada, rigorosamente, a seqüência cronológica de apresentação das petições, consoante numeração atribuída pelo setor de protocolo quando da entrada da petição, não se admitindo quebra nessa ordem, exceto nos casos de urgência em que se impõe a imediata distribuição, autorizada por despacho fundamentado do Juiz Distribuidor, a fim de evitar perecimento de direito.

Parágrafo único. Os feitos urgentes serão distribuídos com prioridade, devendo ser indicadas, no sistema informatizado, além do nome de todas as partes e dos advogados, da natureza do pedido e de outros elementos normalmente colhidos pelo setor competente da Seccional, a urgência geradora da distribuição com precedência, bem como, de modo sintético, a razão que a motivou.

Art. 3º. As distribuições de processos no âmbito das Seções Judiciárias da 5ª Região far-se-ão em audiência pública e deverão ser, de direito e de fato, presididas pelo Juiz Federal Distribuidor, sendo vedada qualquer espécie de delegação.

Art. 4º. Sempre que se alegar, na inicial, a ocorrência de dependência, ou que se supor tratar-se de hipótese de prevenção, a inicial será submetida obrigatoriamente ao Juiz Distribuidor, que, em despacho fundamentado, acolherá ou não a pretensão de distribuição por dependência, reconhecerá ou não a hipótese de prevenção.

Parágrafo 1º. O despacho obrigatório do Juiz Distribuidor, na hipótese indicada no caput, de caráter correicional-preventivo, não impedirá a apreciação pelo Juiz para examinar a matéria, na Vara para a qual for distribuído o processo.

Parágrafo 2º. O despacho referido no caput deste artigo é dispensável nas hipóteses de distribuição de ação penal vinculada a inquérito policial, de inquérito policial quando já houver procedimento penal em andamento, de embargos de devedor vinculados à execução cível ou fiscal ou de embargos de terceiro, de execução diversa relativa à carta de sentença e de impugnação ao valor da causa, sendo obrigatório em quaisquer outros casos.

Art. 5º. Distribuir-se-ão por dependência as causas de qualquer natureza que se relacionarem, por conexão ou continência, com outra já ajuizada, bem como as causas idênticas a outra anteriormente ajuizada e extinta sem julgamento de mérito (por desistência, inépcia da inicial, não apresentação de documento essencial, ou por qualquer outro motivo), quando houver coincidência de pedido e de partes, ainda que o autor da ação anterior tenha se associado, na nova ação, em litisconsórcio com outros autores.

Parágrafo 1º. Considera-se prevento para conhecer das ações reiterativas de outra anteriormente ajuizada, o juiz que conheceu da ação precursora.

Parágrafo 2º. Nas hipóteses em que a repetição de ação anteriormente ajuizada se der com formação de litisconsórcio, o Juiz Distribuidor deverá proceder ao desmembramento da ação, de modo que, em relação ao autor que repete pedido, reconheça a prevenção prevista no caput e no parágrafo 1º deste artigo, e, em relação aos litisconsortes que não compuseram o pólo ativo da primeira ação proposta, haja regular distribuição.

Art. 6º. Antes de submeter ao Juiz Distribuidor as petições nas quais se indique a possibilidade de distribuição por dependência, em razão de conexão, continência, litispendência, ou outras hipóteses legais de prevenção, ou quando haja suspeita de ocorrência de hipótese de prevenção por motivo de reiteração de pedido anteriormente formulado em ação já extinta sem julgamento de mérito, o setor competente deverá certificar tal possibilidade com base em comprovação obtida mediante consulta aos registros informatizados ou banco de dados referentes à natureza do pedido e às partes.

Parágrafo único. Em caso de retificação na autuação processual, para fazer-se incluir, excluir ou alterar partes ou pedidos de processos já distribuídos, deverá ser feita nova verificação de prevenção, observado o disposto no art. 1º deste Provimento.

Art. 7º. O Juiz Diretor do Foro de cada Seção Judiciária da 5ª Região fica obrigado a, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, enviar à Corregedoria Regional, relatório referente ao mês anterior, de todos os processos distribuídos por prevenção, por dependência, ou que tenham sido objeto de distribuição manual, no âmbito da respectiva Seção Judiciária.

TÍTULO II – Do Plantão.

~~*Art. 8º. É de obrigatória observância o Art. 6º, da Resolução n. 218/2000, do E. CJF, de teor adiante transcrito — “Nos sábados, domingos e feriados, inclusive os do art. 62, inciso I, da Lei no. 5.010/66, o Juiz de Plantão somente tomará conhecimento de pedidos, ações, procedimentos e medidas de urgência destinados a*~~

~~evitar perecimento de direito ou assegurar a liberdade de locomoção. Nessas hipóteses, o Juiz determinará todas as providências necessárias, mesmo quando se tratar de matéria estranha à sua competência privativa, não se estabelecendo, em qualquer caso, sua vinculação aos feitos, que deverão ser enviados à distribuição regular no primeiro dia útil após o respectivo plantão, na forma da lei e dos regulamentos em vigor.”~~
(Revogado pelo Provimento nº 25, de 2006)

~~Art. 9º. Não se inserem no conceito de urgência as discussões sobre atos ou omissões, cujos efeitos só ocorram durante o regular expediente forense, havendo condições de apreciação pelo MM. Juiz para o qual vier a ser distribuído o feito, ou que tenham sido objeto de ação anteriormente ajuizada, mesmo com pedido de desistência, homologada ou não.~~ (Revogado pelo Provimento nº 25, de 2006)

~~Art. 10. Deverá o MM. Juiz Plantonista, sempre, exigir da parte autora, ou do advogado que a patrocina, declaração, sob as penas da lei, inclusive condenação por litigância de má fé, de que o pedido formulado no plantão não se trata de repetição ou reprodução de pedido formulado em qualquer ação anteriormente ajuizada.~~

~~Parágrafo 1º. A declaração prevista no caput deste artigo deve ser confirmada, sempre que possível de imediato, pelo Diretor de Secretaria que estiver auxiliando o Juiz plantonista, através do acesso ao banco de dados informatizado da Seção Judiciária.~~

~~Parágrafo 2º. Não sendo possível colher, de logo, as informações indicadas no parágrafo 1º, a pesquisa de prevenção deverá ser realizada na primeira oportunidade em que se tornar exercitável.~~ (Revogado pelo Provimento nº 25, de 2006).

~~Art. 11. O Juiz Plantonista não poderá decidir em feitos que já tiverem sido distribuídos.~~

~~Parágrafo único. Em sendo requerida, durante o plantão, alguma medida reputada de natureza urgente, em relação a processo já distribuído, o Juiz Plantonista deverá remeter os autos imediatamente ao Juiz do feito, para as providências que este entender cabíveis.~~ (Revogado pelo Provimento nº 25, de 2006).

~~Art. 12. O Juiz Plantonista deverá, obrigatoriamente, encaminhar à Corregedoria Regional, até o quinto dia útil após o fim de cada plantão, a relação de todos os processos recebidos no plantão, nos quais tenha sido concedida, medida liminar, cautelar, antecipatória ou similar.~~ (Revogado pelo Provimento nº 25, de 2006).

Art. 13. Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

**Juiz FRANCISCO CAVALCANTI
CORREGEDOR REGIONAL**